



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

**1º Secretário**

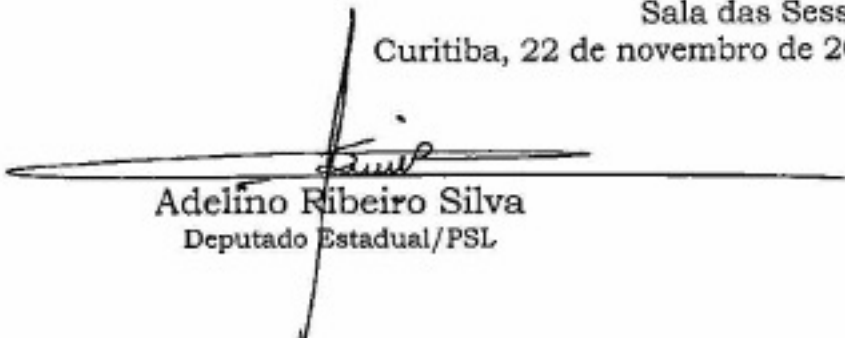
**INDICAÇÃO Nº 1092/12**  
(Autor: Deputado Adelino Ribeiro Silva/PSL)

**Súmula:** Propõe a liberação de recursos financeiros para o Município de Santa Tereza do Oeste, na forma que especifica.

Senhor Presidente,

O Deputado Estadual que a este subscreve, em conformidade com o art. 127, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe a Mesa Diretora, encaminhar esta Indicação ao Exmo. Senhor Exmo. Senhor Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, solicitando ao mesmo viabilizar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos orçamentários e financeiros, no valor de R\$ 250.000,00, para a Prefeitura do Município de Santa Tereza do Oeste, para fins de execução de pavimentação asfáltica em ruas daquele município.

Sala das Sessões,  
Curitiba, 22 de novembro de 2012.

  
**Adelino Ribeiro Silva**  
Deputado Estadual/PSL

## Justificação

O Município de Santa Tereza do Oeste precisa no momento de recursos financeiros para a execução das obras de pavimentação asfáltica em ruas da cidade. São várias ruas que encontram em condições precárias, não possibilitando um bom tráfego de veículos, fato este que vem causando problemas para a administração pública local.

Por se tratar de um Município pequeno, onde os recursos são escassos, mister se faz que o Governo do Estado contribuía na destinação desses recursos, para que a administração pública local possa executar essas obras. Sendo que os R\$ 250.000,00 requeridos seriam, no momento, suficientes para iniciar as obras.

A atenção do Governo do Estado a esta solicitação é de fundamental importância para solucionar os problemas do Município de Santa Tereza do Oeste, quanto a pavimentação asfáltica das ruas da cidade.

mjg



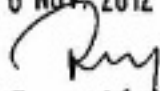
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

  
**1º Secretário**

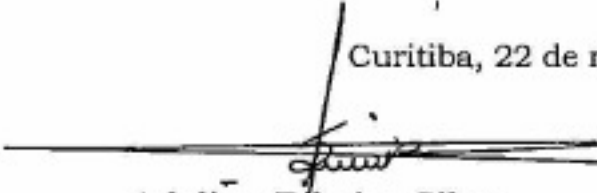
**INDICAÇÃO Nº 10981/12,**  
(Autor: Deputado Adelino Ribeiro Silva/PSL)

**Súmula:** Propõe a liberação de recursos financeiros para o Município de Cafelândia, na forma que especifica.

Senhor Presidente,

O Deputado Estadual que a este subscreve, em conformidade com o art. 127, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe a Mesa Diretora, encaminhar esta Indicação ao Exmo. Senhor Exmo. Senhor Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, solicitando ao mesmo viabilizar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos orçamentários e financeiros, no valor de R\$ 250.000,00, para a Prefeitura do Município de Cafelândia, para fins de execução de obras de recapeamento asfáltico em ruas daquele município.

Sala das Sessões,  
Curitiba, 22 de novembro de 2012.

  
**Adelino Ribeiro Silva**  
Deputado Estadual/PSL

## Justificação

As autoridades do Município de Cafelândia procuraram este Deputado para solicitarem apoio, no sentido de se buscar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos financeiros, a serem dispendidos ao Município para a execução de obras de recape asfáltico em ruas da cidade. Em especial para as ruas dos novos loteamentos que estão sendo construído.

As autoridades relataram que as ruas estão em péssimas condições de tráfego, dificultando em muito para os motoristas. O que vem causando um descontentamento geral.

A atenção do Governo do Estado a esta solicitação é de fundamental importância para solucionar os problemas do Município de Cafelândia, quanto a pavimentação asfáltica das ruas da cidade.

mjg

15:14 26/11/2012 00:7593 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 26 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**INDICAÇÃO Nº 1099/12**  
(Autor: Deputado Adelino Ribeiro Silva/PSL)

**Súmula:** Propõe a liberação de recursos financeiros para o Município de Catanduvas, na forma que especifica.

Senhor Presidente,

O Deputado Estadual que a este subscreve, em conformidade com o art. 127, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe a Mesa Diretora, encaminhar esta Indicação ao Exmo. Senhor Exmo. Senhor Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, solicitando ao mesmo viabilizar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos orçamentários e financeiros, no valor de R\$ 250.000,00, para a Prefeitura do Município de Catanduvas, para fins de execução de obras de recapeamento asfáltico em ruas daquele município.

Sala das Sessões,  
Curitiba, 22 de novembro de 2012.

*Adelino Ribeiro Silva*  
**Adelino Ribeiro Silva**  
Deputado Estadual/PSL

## Justificação

As autoridades do Município de Catanduvas procuraram este Deputado para solicitarem apoio, no sentido de se buscar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos financeiros, a serem dispendidos ao Município para a execução de obras de recape asfáltico em ruas da cidade. Em especial para as ruas dos novos loteamentos que estão sendo construído.

As autoridades relataram que as ruas estão em péssimas condições de tráfego, dificultando em muito para os motoristas. O que vem causando um descontentamento geral.

A atenção do Governo do Estado a esta solicitação é de fundamental importância para solucionar os problemas do Município de Catanduvas, quanto a pavimentação asfáltica das ruas da cidade.

mjg



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**DO NO EXPEDIENTE**  
ONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**INDICAÇÃO Nº 1100/12,**  
(Autor: Deputado Adelino Ribeiro Silva/PSL)

**Súmula:** Propõe a liberação de recursos financeiros para o Município de Corbélia, na forma que especifica.

Senhor Presidente,

O Deputado Estadual que a este subscreve, em conformidade com o art. 127, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe a Mesa Diretora, encaminhar esta Indicação ao Exmo. Senhor Exmo. Senhor Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, solicitando ao mesmo viabilizar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos orçamentários e financeiros, no valor de R\$ 250.000,00, para a Prefeitura do Município de Corbélia, para fins de execução de obras de aplicação de lama asfáltica em ruas do Distrito de Ouro Verde do Piquiri.

Sala das Sessões,  
Curitiba, 22 de novembro de 2012.

*Adelino Ribeiro Silva*  
**Adelino Ribeiro Silva**  
Deputado Estadual/PSL

## Justificação

As autoridades do Município de Corbélia procuraram este Deputado para solicitarem apoio, no sentido de se buscar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos financeiros, a serem dispendidos ao Município de Corbélia, para a execução de obras de recape asfáltico em ruas do Distrito de Ouro Verde do Piquiri.

O Distrito de Ouro Verde do Piquiri, em Corbélia, fica às margens da BR-369, e conta hoje com aproximadamente 1.500 moradores. E esses moradores reclamam da falta de manutenção das vias públicas, onde ruas estão todas esburacadas e com o asfalto todo danificado, impossibilitando o bom tráfego de veículos. Por isto, dá necessidade urgente, do Município aplicar a lama asfáltica, para solucionar esse problema.

A atenção do Governo do Estado a esta solicitação é de fundamental importância para solucionar os problemas do Município de Corbélia, quanto à pavimentação asfáltica das ruas do referido Distrito.

mjs



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**


**INDICAÇÃO Nº 110-112,**  
(Autor: Deputado Adelino Ribeiro Silva/PSL)

**Súmula:** Propõe a liberação de recursos financeiros para o Município de Corbélia, na forma que especifica.

Senhor Presidente,

O Deputado Estadual que a este subscreve, em conformidade com o art. 127, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe a Mesa Diretora, encaminhar esta Indicação ao Exmo. Senhor Exmo. Senhor Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, solicitando ao mesmo viabilizar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos orçamentários e financeiros, no valor de R\$ 250.000,00, para a Prefeitura do Município de Corbélia, para fins de execução de obras de recapeamento asfáltico em ruas do Distrito de Penha, naquele município.

Sala das Sessões,  
Curitiba, 22 de novembro de 2012.

  
**Adelino Ribeiro Silva**  
Deputado Estadual/PSL

## Justificação

As autoridades do Município de Corbélia procuraram este Deputado para solicitarem apoio, no sentido de se buscar junto ao Governo do Estado, a liberação de recursos financeiros, a serem dispendidos ao Município de Corbélia, para a execução de obras de recape asfáltico em ruas do Distrito de Penha.

As autoridades relataram que as ruas deste Distrito, que fica as margens da BR-369, estão em péssimas condições de tráfego, dificultando em muito para os motoristas. O que vem causando um descontentamento geral.

A atenção do Governo do Estado a esta solicitação é de fundamental importância para solucionar os problemas do Município de Corbélia, quanto a pavimentação asfáltica das ruas do referido Distrito.

mjs

15:15 26/11/2012 007596 Nº 1580111 LEGISLATIVA DO PARANÁ





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



INDICAÇÃO Nº 1103/2012

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** SOLICITA AO EXMO. SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ PARA PROMOVER PROJETO DE LEI QUE PROÍBA O REPASSE DA COBRANÇA DE IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) NAS CONTAS RELATIVAS A SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS A ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE E EDUCAÇÃO.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná para promover Projeto de Lei que PROÍBA O REPASSE DA COBRANÇA DE IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) NAS CONTAS RELATIVAS A SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS A ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE E EDUCAÇÃO, conforme minuta e justificativa em anexo.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012

*Hermes Brandão Junior*  
Hermes Brandão Junior

Deputado Estadual

Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n  
Gab. Dep. Hermes Jr - 3. Andar - sala 302  
Fone: 41 - 33504170  
Curitiba-PR - CEP 80 530-911  
[www.hermesjunior.com.br](http://www.hermesjunior.com.br)

15/25 26/11/2012 08:59:58 DP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



JUSTIFICATIVA

É consabido que as entidades de beneficência voltadas à saúde cumprem relevante função social, contribuindo sobremaneira com a comunidade, principalmente as pessoas mais necessitadas. No entanto, também é verdadeiro o fato de que essas entidades tem passado por situação financeira difícil, sendo certo que o pagamento de impostos, leia-se repasse de ICMS pelas empresas prestadoras de serviços públicos ou delegados, como é o caso da água, da luz, do gás, dificultam ainda mais seu cotidiano.

Nesse intento, o presente projeto de lei busca atender a demanda do setor, no sentido de verem-se isentas do repasse de ICMS em suas contas de água, luz, gás e telefonia pelas empresas prestadoras de serviços públicos próprios, delegados, terceirizados ou privatizados.

A Constituição Federal, em seu artigo 150 prevê a isenção tributária aplicável às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. É de se ver:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III. Cobrar tributos:

(...)

VI- Instituir impostos sobre:

(...)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Pelo que se depreende do texto constitucional, o entendimento que deve prevalecer é o de que as entidades referidas não devem pagar impostos, nem diretamente, nem embutidos em suas contas de serviços públicos, já que imunes. O repasse do ICMS gera tributação indevida, portanto, a onerar e prejudicar a atuação beneficente.

A doutrina e a jurisprudência pátrias já tem se manifestado acerca do entendimento acima esposado, como é o caso do tributarista Aliomar Baleeiro, em análise à Constituição de 1967/1969:

A imunidade para alcançar os efeitos de preservação, proteção e estímulo, inspiradores do constituinte, pelo fato de serem os fins das instituições beneficiadas também atribuições, interesses e deveres do Estado, deve abranger os impostos que, por seus efeitos econômicos, segundo as circunstâncias, desfalcariam o patrimônio, diminuiriam a eficácia dos serviços ou a integral aplicação das rendas aos objetivos específicos daquelas entidades presumidamente desinteressadas, por sua própria natureza. Essa última ponderação decorre da cláusula final – “observados os requisitos da lei”. (CF, 1969, art. 19, III “c”) que pressupõe, como acentua Pontes de





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Miranda, a cláusula do artigo 31, V, "b" da Constituição Federal de 1946, aliás, conservada no art. 14, II, do Código Tributário Nacional – "desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os respectivos fins (Limitações constitucionais ao poder de tributar, 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 313).

Ainda:

As instituições... de assistência social, como auxiliares de serviços públicos, não têm capacidade econômica para pagar impostos. Não visam lucros ou a remuneração dos indivíduos que as promovam ou mantêm. A imunidade... deve abranger os impostos que por seus efeitos econômicos...desfalcariam o patrimônio, ou diminuiriam a eficácia dos serviços ou a integral aplicação das rendas aos objetivos específicos daquelas entidades.

Por fim, Bernardo Ribeiro de Moraes, *in* Curso de Direito Tributário – Edições CEJUP – 2ª edição, 1993, volume 1, pgnas. 237 a 245, assim dispõe sobre a interpretação ampliativa do artigo constitucional, situação do caso em tela:

Nas (sic) normas imunitárias devem ser interpretadas através de exegese ampliativa. Não podem ser restritivamente interpretadas, uma vez que o legislador menor ou o intérprete não podem restringir o alcance da Lei Maior.

Por fim, o próprio STF se afina com a presente tese:

Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n  
Gab. Dep. Hermas Jr – 3. Andar – sala 302  
Fone: 41 - 33504170  
Curitiba-PR - CEP 80 530-911  
[www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. IMUNIDADE  
TRIBUTÁRIA. INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SEM FINS  
LUCRATIVOS. C.F., ART. 150, VI, "c".

- I. Não há invocar, para o fim de ser restringida a aplicação da imunidade, critérios de classificação dos impostos adotados por normas infraconstitucionais, mesmo porque não é adequado distinguir entre bens e patrimônio, dado que este se constitui do conjunto daqueles. O que cumpre perquirir, portanto, é se o bem adquirido, no mercado interno ou externo, integra o patrimônio da entidade abrangida pela imunidade.
- II. Precedentes do STF.
- III. RE não conhecido. (STF, Recurso Extraordinário nº 193969, DJ de 08.11.96, p. 43221)

Dessa forma, é de se depreender que tanto a doutrina, como a jurisprudência, são favoráveis a presente tese, cujo Projeto de Lei espera aprovação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**MINUTA**

**Súmula:** Proíbe o repasse da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas contas relativas a serviços públicos estaduais a entidades beneficentes de assistência social na área da saúde e educação, no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sanciona e eu decreto:

Art. 1º - Fica proibido o repasse da cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz, telefonia e gás, de entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços na área da saúde e educação.

Art. 2º – Para gozo do direito os imóveis devem ser de propriedade e/ou posse das entidades beneficentes.

Parágrafo único. Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento será efetivada mediante a apresentação de contrato de locação ou comodato em vigor ou, ainda, da justificativa de posse judicial.

Art. 3º – Para aplicação desta Lei as entidades deverão requerer, junto às empresas prestadoras de serviços, a isenção a que tem direito.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Parágrafo único. O benefício terá como fato gerador a data de solicitação do benefício, não sendo devido valores anteriores ao fato gerador.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**



**INDICAÇÃO Nº 1103/12**

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado da Saúde, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Pontal do Paraná.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Pontal do Paraná – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de saúde pública, havendo necessidade de melhores condições para a cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

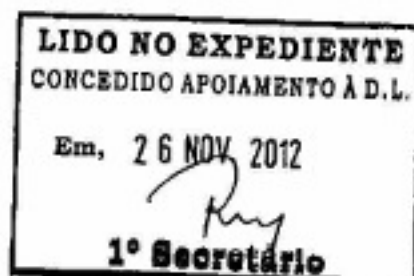
*[Assinatura]*  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 1104/12

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado da Saúde, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Morretes.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Morretes – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de saúde pública, havendo necessidade de melhores condições para a cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**INDICAÇÃO Nº 1105/12**

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado da Saúde, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Matinhos.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Matinhos – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de saúde pública, havendo necessidade de melhores condições para a cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

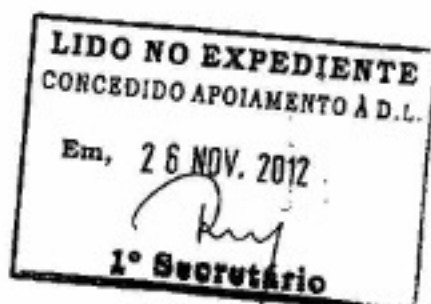
Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

*NEY LEPREVOST*  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 1106/12

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado da Saúde, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Campo Largo.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Campo Largo – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de saúde pública, havendo necessidade de melhores condições para a cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

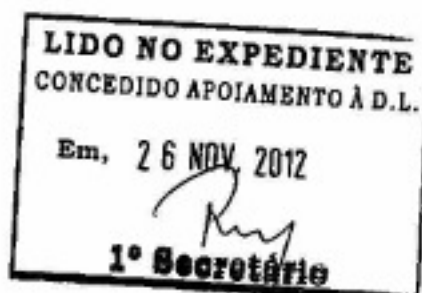
Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 1107112

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado da Saúde, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Guaratuba.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto, o envio de conjuntos de equipamentos para o atendimento básico de saúde para o município de Guaratuba – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de saúde pública, havendo necessidade de melhores condições para a cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 26 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**INDICAÇÃO Nº 1108/12**

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado de Segurança Pública, designação de maior número de Policiais Militares para o município de Tijucas do Sul.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Cid Vasques, a designação de maior contingente de Policiais Militares para o município de Tijucas do Sul – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de segurança pública, havendo necessidade de um número maior de Policiais na cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

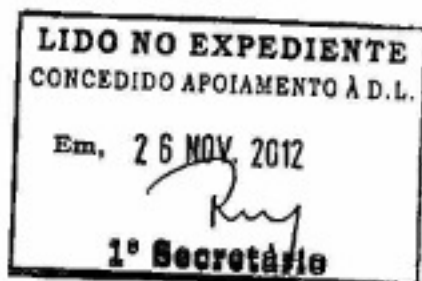
*NEY LEPREVOST*  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 1109/12

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado de Segurança Pública, designação de maior numero de Policiais Militares para o município de Campina Grande do Sul.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Cid Vasques, a designação de maior contingente de Policiais Militares para o município de Campina Grande do Sul – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de segurança pública, havendo necessidade de um número maior de Policiais na cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

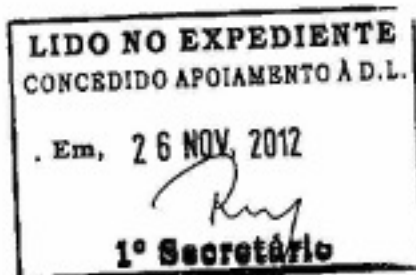
Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



INDICAÇÃO Nº 1110/12

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado de Segurança Pública, designação de maior numero de Policiais Militares para o município de São José dos Pinhais.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Cid Vasques, a designação de maior contingente de Policiais Militares para o município de São José dos Pinhais – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de segurança pública, havendo necessidade de um número maior de Policiais na cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

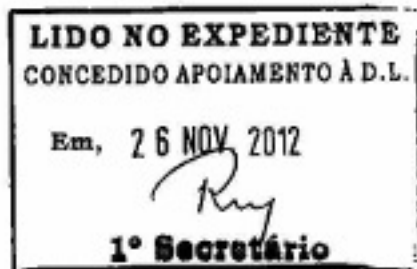
Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



INDICAÇÃO Nº 1111/12

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado de Segurança Pública, designação de maior numero de Policiais Militares para o município de Colombo.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Cid Vasques, a designação de maior contingente de Policiais Militares para o município de Colombo – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de segurança pública, havendo necessidade de um número maior de Policiais na cidade.

Com base no acima exposto, oporcihamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

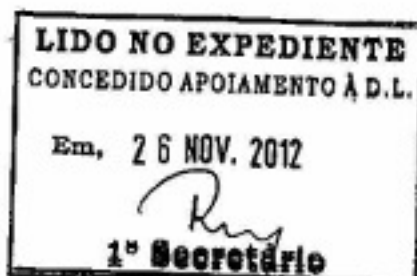
Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 1112/12

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado de Segurança Pública, designação de maior numero de Policiais Militares para o município de Fazenda Rio Grande.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Cid Vasques, a designação de maior contingente de Policiais Militares para o município de Fazenda Rio Grande – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de segurança pública, havendo necessidade de um número maior de Policiais na cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



**LIDO NO EXPEDIENTE INDICAÇÃO Nº 1113/12**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**  
**Em, 26 NOV. 2012**  
*Ruy*  
**1º Secretário**

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado de Segurança Pública, designação de maior número de Policiais Militares para o município de Araucária.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Cid Vasques, a designação de maior contingente de Policiais Militares para o município de Araucária – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de segurança pública, havendo necessidade de um número maior de Policiais na cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

*Khury*  
**1º Secretário**

**INDICAÇÃO Nº 1114/12**

Sumula: Sugere a Secretaria de Estado de Segurança Pública, designação de maior número de Policiais Militares para o município de Almirante Tamandaré.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Cid Vasques, a designação de maior contingente de Policiais Militares para o município de Almirante Tamandaré – Pr.

A presente proposta tem por objetivo atender com maior eficácia a população, que enfrenta sérios problemas de segurança pública, havendo necessidade de um número maior de Policiais na cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar esta importante medida.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2012.

*NEY LEPREVOST*  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**